



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: ALGUMAS REFLEXÕES

Kalna Mareto Teao¹

Resumo: O ensino da História indígena tornou-se obrigatório por meio da Lei n. 11.645/08 no currículo de educação básica em todo o país. Entretanto, o que notamos ao longo da experiência como docente e formadora de professores, é um descompasso entre a lei e a sua efetivação na prática. Ainda permanecem equívocos de abordagem em relação à história indígena em relação aos conceitos de identidade, tradição, cultura e uma certa generalização dos temas referentes à temática indígena. Por outro lado, existem avanços e pesquisas interdisciplinares que envolvem História e Antropologia e vêm trazendo à tona novas abordagens sobre o assunto partindo de experiências regionais, revelando múltiplas histórias locais. As reflexões que trazemos para esta comunicação partem de diálogos indígenas sobre o ensino de história regional. Nossa abordagem advém da Etno-história e da importância de se considerar as visões indígenas sobre a história. É importante que as histórias indígenas e questões referentes ao território e à identidade étnica sejam parte constitutiva dos cursos de ensino básico e superior.

Palavras-chave: ensino de história- lei n.11.645/08- índios

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora do IFES.

Introdução

Segundo Censo do IBGE de 2010, a população indígena no Brasil é de 896,9 mil índios (0,4% da população total), 305 etnias e 274 idiomas indígenas. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) identificou 505 terras indígenas, terras essas que representam 12.5% do território nacional, ou seja, 106.7 milhões de hectares. Os índios do país ocupam um território equivalente a 36.2 % localizados em área urbana e 63.8% localizados em área rural.²

Conforme Bessa Freire, existem cinco equívocos ao se tratar da temática indígena no Brasil. O primeiro consiste em tratar os índios como **culturas atrasadas**. Na verdade, os índios possuem uma cultura complexa e sofisticada representada nas artes, na música, na dança, na língua, na religião. O segundo seria analisar as culturas indígenas como **culturas congeladas**, ou seja, exige-se do índio que ele seja como em 1500, que seja um “índio autêntico”. Ocorre a necessidade de a história indígena mostrar a violência que esses povos sofreram, os conflitos pela terra e a história do contato. O terceiro equívoco seria compreender o índio com uma **cultura única e genérica**. A função da História e da escola seria ultrapassar esse equívoco pois no Brasil temos 305 etnias e 274 idiomas indígenas, segundo o IBGE (2010). O quarto equívoco seria relegar os índios ao **passado**, negando-lhes sua modernidade, sua historicidade e sua transformação cultural. Por fim, o quinto equívoco seria afirmar que o **brasileiro não é índio**, ressaltando apenas sua matriz europeia.³

² IBGE. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2194>> Capturado em 13 ago. 2013. Neste Censo do IBGE de 2010, é possível obter informações e dados analisados, tabelas, mapas sobre a população indígena brasileira habitante das reservas e das cidades, bem como informações referentes às terras, às etnias, à língua, à população rural, urbana, à educação, à saúde, ao trabalho, entre outros. Esses dados são relevantes na medida em que permitem mapear a realidade indígena do país para traçar futuras políticas públicas que assegurem os direitos indígenas.

³ FREIRE, José Ribamar Bessa. A imagem do índio e o mito da escola. In: MARFAN, Marilda

Nos anos de 1970 e de 1980, houve uma profunda transformação no contexto do Brasil e da América Latina em relação à temática indígena. Nesse período, destaca-se a atuação do movimento indígena no continente americano. Os índios organizaram-se e reivindicaram direitos sociais e coletivos, como direitos à saúde, à educação, ao respeito às culturas, à terra, etc. Esses movimentos indígenas tinham apoio da Igreja Católica, do CIMI, da Igreja Luterana.

Foram realizadas assembleias indígenas, como em Mato Grosso em 1974, na qual as chefias indígenas discutiam seus problemas e necessidades. As lideranças indígenas denunciavam situações de precariedade e descaso político com suas comunidades. Destacaram-se nesse período: O Comando Geral da Tribo Ticuna (CGTT) em 1982; o Conselho indígena de Roraima (1987) formado por lideranças tuxauas, makuxi e wapixana e a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), criada em 1987 e reunia várias congregações menores.

O movimento indígena tem trazido à tona a importância dos sujeitos coletivos em torno da questão étnica, identitária e multicultural. A maior parte das análises sobre os movimentos sociais não centram suas discussões na questão étnica. Com o avanço dos movimentos sociais durante as décadas de 1970 e 1980, os movimentos étnicos e identitários ganharam relevância e espaço político, visto que esse reconhecimento acerca da diversidade representou um avanço para a consolidação da democracia. Conforme Roberto Cardoso de Oliveira, “nem etnia, nem classe, são fatos em si, senão que existem respectivamente em relação a etnias e classes, portanto, como entidades sociais pluralizadas”⁴. Dessa forma, compreende-se que classe e etnia não apresentam delimitações objetivas e independentes entre si em uma dada realidade social.

O movimento indígena trouxe à tona o protagonismo indígena, isto é, os índios como sujeitos portadores de direitos e construtores de suas próprias histórias no plural.

Almeida. *Congresso Brasileiro de qualidade na educação: formação de professores. Educação escolar indígena*. Brasília, 2002, v.4. p.93-99

⁴ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Etnia e estrutura de classe: a propósito da identidade e etnicidade no México*. Anuário Antropológico/79. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979, p. 58.

Histórias regionais têm revelado avanços acadêmicos e teóricos com novas concepções de História e Antropologia. Dessa relação interdisciplinar surge a Etno-História, que busca pegar emprestado das duas disciplinas conceitos e categorias, buscando historicizá-las, como os conceitos e cultura, tradição e identidades.

Repensando conceitos e o surgimento de uma nova historiografia indígena

Para Weber, grupos étnicos se constroem nas lutas políticas e criam costumes e culturas. A comunidade étnica possui um sentimento de identidade compartilhado que se constrói por meio da ação política.⁵ Para Gellner, a nação engloba a ideia na qual um grupo quer persistir como comunidade, devendo incluir todas as espécies de comunidades que tem pouco a ver com as nações. (GELLNER, 1989). Para Connor (1978, 1993), a existência das nações é justamente a tomada de consciência de si do grupo, que o distingue dos demais, mas ele liga essa afirmação à nação como grupo mais amplo no qual os indivíduos estão ligados por uma filiação ancestral. A cultura é dinâmica, mutável e construída historicamente ao longo do tempo. A cultura não significa estar relacionada a uma sociedade estática, simétrica e coerente em si mesma. Os atores atuam conforme seus interesses, suas experiências, seus passados e objetivos próprios. Os atores de um sistema social podem empregar uma variante cultural em vez de outra, sendo necessário salientar que as relações entre intenção, ato e consequência são variáveis. Pessoas em posições sociais distintas podem realizar as mesmas ações, ter intenções e consequências distintas. As pessoas realizam suas ações baseadas principalmente em experiências e aprendizados passados que podem ser compartilhados de maneira uniforme ou não.⁶

Barth compreende cultura como algo que é compartilhado por meio da experiência que por sua vez ocasiona aprendizados. A cultura não se localiza em algum lugar

⁵ WEBER, Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e sociedade*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1994, p.270.

⁶ MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v.14, n.28, Niterói: EDUFF, 2010.

definido, mas deve-se identificar como ela está sendo produzida e reproduzida. A cultura, para Barth, apresenta uma enorme variação e ocorre de maneira contínua. Além disso, existem descontinuidades mais ou menos abruptas e algumas ideias compartilhadas ou em contraste com outras. Ainda se deve pensar a cultura em um estado de fluxo constante porque está permanentemente sendo compartilhada pelas experiências das pessoas.⁷ E. Thompson, ao estudar sobre a formação da classe operária inglesa, valorizou o cultural, associando-o ao conceito de classe e à consciência de classe, pois ambos se formam em conjunto, no processo histórico e fazem-se continuamente; combinam-se os condicionamentos e a ação humana. Para o autor, a cultura é um produto dinâmico que deve ser compreendido no processo histórico, no qual tanto mulheres quanto homens vivem suas experiências.⁸ O grupo étnico consiste em grupos humanos, que, em virtude de semelhanças nos costumes ou no habitus externo, ou em ambos os casos, ou em razão de lembranças de histórias de migração e de colonização, alimentam uma crença subjetiva na procedência comum. Para Weber, os grupos étnicos se constroem nas lutas políticas e criam costumes e culturas. A comunidade étnica possui um sentimento de identidade compartilhado que se constrói por meio da ação política.⁹ Compartilhamos a ideia de Barth sobre o grupo étnico, pois o autor considera que este consiste em uma forma de organização social, em que predomina a característica da autoatribuição dos indivíduos por meio da identificação e da atribuição por outros. Tanto Weber quanto Barth consideram que a ação política, o sentimento subjetivo de pertença e o caráter organizacional são fatores fundamentais para a formação do grupo étnico.

Nesse sentido, Cunha converge com Barth ao compreender o grupo étnico como forma de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros. Os grupos étnicos diferem-se de outros por

⁷ BARTH, Frederik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: *Antropolítica*. Niterói, n. 19.2005, p.16-17.

⁸ THOMPSON, E.P. *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁹ WEBER, Op.cit.1994, p.270.

entenderem a si mesmos e serem percebidos ao longo da história como contínuos, por possuírem a mesma ascendência independente da separação geográfica. Para Cunha, a identidade étnica de um grupo indígena é exclusivamente função da autoidentificação e da identificação pela sociedade envolvente. Os grupos étnicos possuem mecanismos de adoção ou exclusão dos indivíduos, que depende da aceitação do grupo e supõe disposição em seguir seus valores e traços culturais¹⁰.

Em termos de pesquisas de história indígena destacam-se temáticas regionais que têm contribuído para o avanço da Etno-história. John Monteiro, em *Os negros da terra*, aborda as relações interétnicas entre índios, colonos, jesuítas.¹¹ O autor analisa as histórias dos diversos grupos étnicos como Tupinikim e Guarani e analisa a dinâmica do mercado interno paulista e a produção de trigo nas fazendas que envolvia a mão de obra indígena. O autor atenta para o protagonismo indígena por meio da análise da atuação das lideranças indígenas políticas e religiosas e por meio dos casamentos e das fugas.

Almeida, em *Metamorfozes indígenas*, analisa o papel dos aldeamentos coloniais do Rio de Janeiro ao longo dos séculos XVI a XIX.¹² Destaca que no interior dos aldeamentos, os índios formavam novas identidades sociais e coletivas para reivindicar direitos para suas comunidades étnicas. A abordagem da longa duração possibilita a compreensão da presença indígena na formação do Rio de Janeiro. A autora demonstra as relações entre índios, jesuítas e colonos. O trabalho de Almeida consiste em uma pesquisa interdisciplinar entre História e Antropologia, principalmente, questionando os conceitos de cultura, identidade, mito e tradição, buscando trazer a historicidade deles. A autora busca compreender como os índios constroem suas próprias histórias.

¹⁰ CUNHA, Manuela C. da. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In: _____ *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.113-119.

¹¹ MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.22.

¹² ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Moreira, ao abordar os índios Tupinikim do Espírito Santo, busca trazer à tona o protagonismo indígena ao retratar documentos que discutem as reivindicações e queixas dos índios em torno da espoliação de suas terras, do excesso de trabalho, do rapto de crianças. A autora demonstra ainda a importância dada aos índios como mão de obra para diversos trabalhos como: agricultura, obras públicas, estradas, cuidadoras de crianças, construção de hospitais, remeiros, companhias de pedestres¹³.

Loureiro aborda o caso do conflito fundiário envolvendo índios Tupinikim e Guarani do Espírito Santo e as construções identitárias em torno da busca dos seus territórios e dos direitos coletivos. A autora analisa a dinâmica da disputa territorial considerando o projeto de modernização do Estado durante o período militar e os projetos de grande desenvolvimento.¹⁴

Como podemos observar, as pesquisas sobre a temática indígena têm possibilitado avanços em relação ao aprofundamento dos conhecimentos sobre o assunto, reelaboração das categorias de análise e novas concepções dos índios como sujeitos da história.

Com o avanço das pesquisas sobre a temática indígena, têm surgido livros sobre o ensino de história para atender a Lei n.11.645/08 que traz como obrigatório o ensino no currículo básico, preferencialmente nas disciplinas de artes, de história e de literatura. Podemos destacar, *A temática indígena na escola* de 2004. O livro aborda de maneira interdisciplinar as questões indígenas referentes às artes, à história, ao território, a educação escolar indígena, dentre outros. Ainda traz ao longo do texto, sugestões de filmes, vídeos, textos, jornais e atividades para o trabalho do professor na sala de aula.¹⁵

¹³ MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 13-55, jul. 2010.

¹⁴ LOUREIRO, Klítia. *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2006.

¹⁵ SILVA, Aracy L. GRUPIONI, Luís D. B. (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI, UNESCO, 2004.

A presença indígena na formação do Brasil de João Pacheco e de Carlos Augusto da Rocha Freire aborda a história indígena no período colonial, imperial e contemporâneo, observando o protagonismo indígena das rebeliões e das revoltas indígenas¹⁶.

O livro *Ensino de história indígena*, organizado por Luísa Tombini Wittmann, aborda os índios em todas as regiões brasileiras e as pesquisas históricas mais recentes sobre a temática com a compreensão dos índios como sujeitos protagonistas de direitos ao longo da história. Silva aborda as concepções de passado dos Kadiweu em Mato Grosso do Sul e valoriza a construção dos índios como construtores de suas próprias histórias. Almir Diniz de Carvalho Júnior demonstra as diversas profissões dos índios como remeiros, exploradores de drogas do sertão no universo colonial indígena e cristão. Mariana Albuquerque Dantas aborda os índios de Pernambuco e a supressão de seus territórios no século XIX. Wittman trabalha as relações dos indígenas com os imigrantes alemães também no mesmo período. Brighenti analisa o movimento indígena e a elaboração de suas identidades no processo de demarcações de suas terras.¹⁷

Aprendendo com os índios

Houve um avanço no contexto histórico dos direitos indígenas e dos movimentos indígenas, o debate interdisciplinar entre História e Antropologia e o surgimento de novas pesquisas históricas e de ensino de História indígena. Mas por que diante desse contexto, ainda há permanências dos equívocos sobre os índios?

A resposta para essa questão é que o ensino de História ainda é em muitas das vezes tradicional e repetitivo, não questiona os conceitos e as realidades dos alunos e mantém práticas de ensino ritualizadas principalmente na educação básica e se reflete no ensino superior. É comum ainda vermos no ensino básico e superior presentes os equívocos mencionados pelo professor Bessa Freire. A temática indígena aparece muito

¹⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília; MEC/SECAD/LACED/Museu nacional, 2006.

¹⁷ WITTMANN, Luísa Tombini. *Ensino (d) e História indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

frequente no ensino da educação infantil e no nível fundamental I no dia 19 de abril de todos os anos. Práticas pedagógicas como fazer maloca e pintar o rosto das crianças com traços genéricos são ritualizadas ano após ano, sem questionamento dessa representação de um índio genérico e distante da sociedade nacional. Tampouco promovem-se reflexões sobre a participação desse índio ao longo da história do Brasil e sua presença nos dias atuais.

Em aula dada no Prolind, Pró- licenciatura indígena da UFES, na disciplina História dos índios no período colonial, os alunos indígenas questionaram vários assuntos ensinados e queriam contar à sua maneira suas histórias. Em primeiro lugar, em relação às suas identidades indígenas, os Tupinikim queixavam-se de serem tratados como índios genéricos e não índios. Afirmam terem que provar que são índios a todo momento. Daí a importância da história e do ensino de história indígena nas escolas tanto básicas como de ensino superior para todas as licenciaturas. Trata-se de esclarecimento. A história pode ser utilizada como uma ferramenta de recuperação de um passado que se deseja saber e como uma ferramenta política de construção de identidades indígenas. Os Tupinikim sempre estiveram em seus territórios no litoral do Espírito Santo desde período colonial até os dias atuais. Suas práticas culturais como o congo e as festas religiosas são datadas pelo menos do período imperial e foram inclusive relatadas pelo D. Pedro II. Em atividades propostas pela professora, para que elaborassem paródias sobre suas histórias, foi possível perceber a importância que dão ao congo que apareceu na maioria das apresentações dos grupos. A condição de índios é notada de forma latente e a recuperação histórica de um passado de exclusão social, de exploração do seu trabalho e de luta por seus territórios foi recorrente. Observou-se que as práticas das comunidades indígenas permeavam o ambiente universitário. As mães levavam suas crianças para as aulas. As atividades eram feitas em grupos, mas frequentemente, os colegas ajudavam uns aos outros, mesmo sendo de grupos diferentes. Os alunos que tiveram que fazer atividades em casa, tinham a ajuda dos seus familiares, dos filhos, das mães e dos mais velhos. Os Guarani Mbya fizeram uma releitura de sua própria música religiosa em homenagem as crianças, ou seja, o **aprender indígena é**

coletivo e ressignificado conforme suas realidades regionais, culturais e étnicas.

Dessa experiência indígena, podemos observar e aprender com eles. Surge uma necessidade imediata de que os cursos de licenciatura e de educação básica trabalhem de forma efetiva as histórias e as culturas indígenas regionais e brasileiras. Além disso, é necessário a prática de formações continuadas para professores sobre a temática étnico-racial e uma ampla divulgação, popularização e a problematização das pesquisas históricas e antropológicas recentes referentes ao universo indígena e suas histórias locais. É importante uma divulgação da temática indígena por meio de diversas fontes históricas, como livros, documentos, CDs, DVDs, filmes, documentários, sítios eletrônicos, músicas, mapas, etc. Torna-se rico o ensino da história e da cultura indígena no Brasil por meio da participação dos próprios índios contando suas histórias locais, constituindo-se como um sujeito presente ao longo da história do Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- BARTH, Frederik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: *Antropolítica*. Niterói, n. 19.2005, p.16-17.
- CUNHA, Manuela C. da. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In: CUNHA, Manuela C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.113-119.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. A imagem do índio e o mito da escola. In: MARFAN, Marilda Almeida. *Congresso Brasileiro de qualidade na educação: formação de professores. Educação escolar indígena*. Brasília, 2002, v.4. p.93-99
- LOUREIRO, Klítia. *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2006.

- MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v.14, n.28, Niterói: EDUFF, 2010.
- MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 13-55, jul. 2010.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Etnia e estrutura de classe: a propósito da identidade e etnicidade no México*. Anuário Antropológico/79. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília; MEC/SECAD/LACED/Museu nacional, 2006.
- SILVA, Aracy L. GRUPIONI, Luís D. B. (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI, UNESCO, 2004.
- THOMPSON, E.P. *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WEBER, Relações comunitárias étnicas. In: *Economia e sociedade*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- WITTMANN, Luísa Tombini. *Ensino (d) e História indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.